

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES ao Senhor Prefeito Municipal, solicitando esclarecimentos sobre a política de inclusão escolar no município, com ênfase na presença de profissionais de apoio, protocolos de segurança e condições de trabalho dos docentes.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 58 da Lei Orgânica do Município, requeremos que seja enviado ofício ao Senhor Prefeito Municipal solicitando informações acerca da política de inclusão escolar no município.

Considerando os relatos recebidos por este mandato, anexados a este requerimento, de duas professoras da rede municipal de ensino, que expuseram por escrito à Secretaria de Educação a gravidade da falta de estrutura e de recursos humanos nas unidades escolares;

Considerando o caso ocorrido na EMEIEF Cora Coralina, em 2 de setembro de 2025, quando um aluno diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) conseguiu evadir-se do prédio escolar, expondo-se a grave risco, diante da insuficiência de profissionais de apoio e da ausência de protocolos eficazes de segurança;

Considerando ainda os questionamentos apresentados pela professora Fernanda Lopes Ceretti, que apontam incoerências entre o discurso oficial da Secretaria e a realidade vivida em sala de aula, em especial no que se refere ao acolhimento de alunos com deficiência, à sobrecarga dos professores e à precariedade da infraestrutura;

Considerando que tais situações representam riscos concretos à segurança das crianças, à saúde dos professores e à efetividade do processo pedagógico, configurando falhas na implementação da política de inclusão escolar e contrariando a legislação vigente;

Requer-se sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Qual é o quadro atual de Agentes de Inclusão Escolar (AIEs) lotados na rede municipal?
 - a. Quantos profissionais estão em atividade atualmente?
 - b. Qual o critério de distribuição desses profissionais entre as escolas?
 - c. Existe previsão de ampliação do número de AIEs?



2. A rede municipal conta hoje com estagiários ou outros profissionais de apoio voltados ao acompanhamento individualizado de alunos com deficiência e/ou neurodivergência?
 - a. Se sim, em quais escolas e com qual regime de trabalho?
 - b. Se não, há previsão de contratação?

3. Quais protocolos formais existem para situações de fuga, crises ou comportamentos disruptivos de alunos com TEA ou outras condições que exigem suporte especializado?
 - a. Esses protocolos são de conhecimento de toda a comunidade escolar?
 - b. Há equipes de referência na Secretaria para acompanhamento de tais casos?

4. Que tipo de suporte pedagógico e psicológico a Secretaria disponibiliza atualmente para professores que lidam com situações de agressividade ou crises recorrentes em sala de aula?

5. Como a Secretaria assegura que o discurso oficial sobre inclusão – amplamente divulgado em materiais e eventos – se traduz em condições reais de trabalho nas escolas?

6. Existe planejamento para a adequação da infraestrutura física e de pessoal das escolas municipais, de modo a garantir atendimento digno e seguro aos alunos com deficiência e condições associadas, bem como condições de trabalho aos docentes?

7. Qual é o canal de comunicação oficial disponibilizado pela Secretaria para que professores e famílias possam obter informações atualizadas sobre casos específicos de alunos em inclusão, evitando desencontros de informação entre gestores, docentes e comunidade?

Aguardamos, dentro do prazo legal de **15 dias**, resposta formal a todos os pontos aqui levantados.

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 15 de setembro de 2025

Tiago Nogueira

Vereador



À Secretaria de Educação de Santo André.

Prezados(as),

Venho por meio deste trazer alguns fatos que precisam ser analisados frente a determinadas situações que ocorrem no quadro da educação na cidade de Santo André.

Sou professora da rede desde 2021, possuindo dois cargos (R.F. 57822-3 e R.F. 61374-6) e atuo na área da educação desde 2016, trabalhando em outras redes. Logo, possuo experiência na área.

Começo este relato narrando um fato ocorrido na EMEIEF Cora Coralina no dia 2 de setembro de 2025. Nesta data deu-se a fuga de meu aluno com diagnóstico de TEA – Transtorno do Espectro Autista, que necessita de suporte constante, para fora da Unidade Escolar – UE. A criança conseguiu pular o muro da escola e ter acesso ao meio externo, sendo isto descoberto por meio das câmaras de filmagem.

Entretanto, o estudante tem histórico de fugas constantes dentro do espaço escolar desde o início do ano letivo, sendo isto alertado à toda a equipe gestora e sabido por todos os funcionários da UE, visto que há sempre uma mobilização geral para trazê-lo e mantê-lo em sala de aula.

Logo a partir de fevereiro, foram feitos diversos avisos sobre o comportamento da criança que, além de apresentar fugas, quebra e arremessa objetos, bate, morde, chuta, cospe e puxa os cabelos da professora autora desta carta e, não raro, acometendo o mesmo com os demais funcionários e outras crianças da UE.

Atualmente, a escola conta apenas com uma profissional AIE – Agente de Inclusão Escolar – que tenta se dividir no auxílio de todas as crianças público-alvo da Educação Inclusiva distribuídas entre as 42 turmas dos períodos matutino e vespertino. Não há no local estagiárias ou qualquer outro profissional para auxiliar no atendimento das crianças com deficiências e transtornos.

Fato é que no dia 2 de setembro de 2025, ao abrir a porta para saída do almoço às 14h05 a criança correu em direção à escadaria que leva ao refeitório, momento em que organizei rapidamente a fila e desci com os outros alunos de



minha turma para levá-los ao almoço e trazer a criança que saiu em fuga para o espaço da alimentação.

Chegando no piso térreo, onde se encontra o refeitório, uma funcionária da merenda estava indo atrás da criança que correu com uma bola para a quadra. Chamamos o estudante para que retornasse para o almoço, mas este se recusou e imediatamente correu para o parque onde havia outra professora com sua turma e funcionários do CESA.

Os demais alunos de minha turma aguardavam no pátio sua entrada ao refeitório. Fui até lá para garantir a entrada deles no espaço de maneira segura e fui para o parque solicitando verbalmente que a criança retornasse para o almoço com os demais colegas, porém este brincava nos equipamentos do parque tranquilamente em companhia de outras professoras e suas turmas.

Visto a resistência do estudante, fui até à gestão rapidamente solicitar auxílio para buscá-lo e retornar para junto dos colegas, mas não havia ninguém disponível naquele momento e a porta da gestão estava fechada. Para não demorar, desci rapidamente e, chegando no piso inferior, um funcionário da merenda disse que a criança havia passado correndo atrás do prédio da escola, visto na janela do refeitório onde fica uma local que chamamos de "pracinha", ainda dentro da unidade escolar. É importante ressaltar que entre os trajetos de eu subir e descer no prédio, passaram-se menos de 10 minutos e, reforço, havia pessoas da escola no parque nesse período.

Imediatamente me dirigi até lá, porém não o encontrei, voltei no sentido contrário e na metade do caminho uma funcionária da limpeza se ofereceu para auxiliar indo ela por um lado e eu retornando pelo mesmo local onde ele havia sido visto pela última vez.

Sem encontrá-lo, ainda procurando ele pelos locais indicados, encaminhei uma mensagem a uma profissional da gestão dizendo que não o encontrava e obtive retorno para procurar um funcionário para me auxiliar. Imediatamente fui até ele e procuramos ao redor da escola e do lado externo dela, mas não o encontramos.

Fui diretamente até a gestão solicitar ajuda novamente e informei verbalmente à Coordenadora de Setor – CSE – Joice que achava melhor chamar a GCM, visto que ele foi procurado em toda a UE, vários funcionários e



professores, já que conforme eu encontrava pessoas pelo caminho alertava sobre o acontecido e pedia auxílio, que me respondiam: "Volte para sua sala".

Próximo às 16h fui informada que a criança havia voltado para a escola, que estava bem, que foi encontrada na UPA do bairro e trazida pela polícia.

Soube que a mãe, a GCM e o Conselho Tutelar estiveram presentes na UE, mas não participei dessa conversa. Entretanto, fiz conversa registrada com a gestão estando presentes: A Diretora da Unidade Escolar – DUE – Patrícia, a Vice-diretora da UE Daniela e a CSE Joice. Na conversa me informaram sobre os desdobramentos relacionados ao momento da presença dos pais, Conselho Tutelar e GCM. Fui informada pela CSE Joice sobre o questionamento que tanto a mãe fez a ela, como a própria também perguntou sobre onde eu estava no momento em que a criança saiu, assim como porque chamei a equipe gestora ao invés de evitar a fuga da criança, o que não faz sentido visto que não presenciei a fuga externa do estudante e busquei tanto sozinha, como com auxílio de outros para evitar que isso acontecesse, de maneira que quando busquei ajuda, a criança ainda estava dentro da escola, com muitas pessoas próximas.

Ressalto que tenho inúmeros documentos aqui anexados, como semanários preenchidos relatando a situação dos comportamentos de risco da criança, tanto a ela quanto às demais pessoas na escola, trocas de mensagens via Whatsapp, fotos dos chutes, mordidas, socos e puxões de cabelo que venho desde março alertando à gestão, que foi juntamente informada sobre a dificuldade em realizar intervenções sozinha com a criança, devido sua força e os comportamentos que machucam, além de outros disruptivos como destruição da sala de aula – outras imagens serão apresentadas, segundo a solicitação de autoridades para averiguação.

Recentemente conseguimos uma reunião com a mãe da criança que aceitou a redução de horário e relatou que o estudante estava sendo medicado. À princípio, houve uma significativa melhora e diminuição considerável dos comportamentos disruptivos, inclusive os de fuga. Entretanto, no dia 2 de setembro – data da fuga fora da UE, a criança chegou extremamente agitada, jogou sua mochila no chão da sala de aula na entrada e já correu para fora, mas retornando e permanecendo ali até a hora do almoço.



O fato é que as fugas, assim como os demais comportamentos disruptivos que ocorrem desde o início do ano letivo, sempre dentro da unidade escolar, exigem que por muitas vezes eu precise deixar a sala para ir atrás da criança para que ela retorne à sala.

Diante desta exposição, fica nítido a necessidade um profissional para acompanhá-lo integralmente, pois o que ocorreu no dia 2 de setembro mostra a desmedida fragilidade no sistema, os riscos que correm todas as crianças, pois na medida que muitas vezes preciso sair da sala para trazer o estudante de volta, as demais precisam crianças ficam sozinhas. Tudo isso abala e fragiliza de forma colossal a saúde mental de todos, inclusive a minha, que foi impactada excessivamente.

Fico extremamente aliviada que nenhuma tragédia ocorreu, mas me pergunto o que mais precisa acontecer para que de fato se tome as providências em relação à segurança e quantidade de profissionais suficientes nas escolas, para que possamos fazer nosso trabalho com qualidade e confiança.

Passar por toda essa situação custou minha saúde mental de maneira muito severa, principalmente porque sei do zelo que mantenho pelos meus alunos, do quanto me desdubro diante de um quadro desafiador sem ter um suporte a mais, não só humano, mas de condições de trabalho dignas. Pelo tempo que venho sofrendo com os episódios já mencionados, me sinto coagida diante do quadro de abandono que se encontra na UE quanto à ausência de auxílio adequado. O sentimento de impotência se sobressai de mim, pois sou a responsável pela sala e alunos que ali estão, respondendo por tudo isso, sabendo do quanto me dedico e o quão injusto é vivenciar tal descaso, visto que se houvesse profissionais voltados para auxiliar com as crianças que possuem necessidade de apoio, tudo isso teria sido evitado.

Estamos em setembro, relato e peço soluções junto à gestão desde fevereiro. Sou assídua, minha sala é um primeiro ano, tenho 10 crianças alfabéticas, 3 silábicas alfabéticas quase alfabéticas, 7 silábicas com valor, sendo quatro destas quase silábicas alfabéticas e 3 silábicos sem valor; nenhum pré-silábico e mais uma criança com diagnóstico de TEA que precisa com frequência do meu suporte. Já precisei parar a aula inúmeras vezes devido aos comportamentos citados da criança, tanto para tirá-la de situações de risco – subir em cima do armário, correr pelas mesas e cadeiras, dentre outros – como



pra preservar as demais crianças quando o estudante arremessa materiais, objetos contra elas ou bate, chuta, cospe, rasga e quebra os pertences dos amigos, isso quando ele não desfere socos, chutes, mordidas e cabeçadas contra mim consecutivamente, ou "gruda" nos meus cabelos soltando somente quando quer ou se um adulto auxilia, o que é raro, pois estou sozinha em sala de aula.

Agora, diante desse pequeno recorte feito sobre o quanto, apesar de todas as dificuldades, minha turma avançou e foi evitado que algo grave acontecesse ao aluno que se põe em risco a todo tempo, fica a pergunta: Qual é o papel da Secretaria de Educação de Santo André e equipes gestoras diante de todo o exposto? O meu trabalho tem sido feito com compromisso, zelo e amor, mas sou eu quem vai ter que responder pela falta de condições de trabalhos dignas e investimento que promova melhorias VERDADEIRAS na educação, impactando tanto na vida das crianças que são nossa prioridade, quanto dos PROFESSORES que também são SERES HUMANOS, que se preparam para abraçar uma profissão tão digna e fundamental, mas que estão adoecendo gravemente diante do descaso e sendo culpabilizados por questões que de fato ocorrem pela falta de estrutura, seja física ou humana.

Aguardo retorno.

At.te.

Professora Andrea Bergamasco.



Prezado Senhor Secretário Pedro Botaro,

Meu nome é Fernanda Lopes Ceretti, sou professora concursada da Rede Municipal de Santo André há 24 anos. Hoje, trabalho como professora flexibilizada com carga de 40 horas, dividida em duas escolas. Escrevo esta carta porque já não consigo mais guardar para mim a indignação que sinto ao ver a distância entre o discurso oficial da Secretaria de Educação e a realidade que nós, professores, vivemos diariamente nas escolas.

Secretário, eu pergunto: até quando vamos fingir que está tudo bem? Até quando a Secretaria vai se contentar em falar de inclusão sem olhar para o que realmente acontece na sala de aula?

O Senhor divulga investimentos em profissionais e em salas de recursos, mas eu preciso perguntar: onde estão esses profissionais de apoio? Porque o que nós vemos são professores desviados de sua função, trocando fraldas, alimentando alunos disfágicos sem preparo técnico, segurando crianças em crise para que não se machuquem ou machuquem os colegas. O Senhor tem ideia do que significa um professor sair lesionado, com problema de coluna ou afastado meses por laudo médico, por que não recebeu o apoio mínimo que deveria? (ANEXO 1)

E como pode a Secretaria concentrar vários alunos com deficiência na mesma sala, sem planejamento adequado e sem profissionais de apoio? O Senhor já entrou em uma sala com três alunos diagnosticados com TEA e outros dois em avaliação, sozinho, tentando dar aula para todos? É impossível. E, mesmo diante de tantos pedidos, quando recebemos respostas, elas vêm sempre genéricas ou baseadas em dados de anos anteriores, como se nossos problemas de hoje pudessem esperar.

Dizem que “a rede trabalha na perspectiva da inclusão”, mas, Secretário, que inclusão é essa? Inclusão sem apoio é abandono. A própria Secretaria de Educação chega a responder para famílias que a escola já tem profissionais de apoio, quando sabemos que isso não é verdade. Os funcionários de Secretaria Escolar, na linha de frente no momento da matrícula, ficam constrangidos quando os pais perguntam se há apoio aos alunos deficientes. Quem acompanha são professores substitutos, alguns designados para cumprimento de liminar, ou flexibilizados, que não deveriam assumir essa função. Por que insistir nesse discurso que sabemos que não corresponde à prática?

Esse descaso não é apenas pedagógico. É questão de saúde pública. É um problema de dignidade. Professores trabalham sob tensão constante, alunos permanecem sem atendimento básico, famílias se sentem enganadas. Não se trata de pedir algo impossível, mas de garantir protocolos claros, profissionais capacitados e respeito às determinações judiciais.

E não é só isso. Trago aqui também casos concretos. Em maio deste ano, recebi um aluno transferido manualmente, sem registro no sistema. Descobri que ele havia ficado praticamente um ano indo à escola só duas horas por dia (7h às 9h), sem laudo médico, sem justificativa, sem amparo legal. O Senhor sabe o que significa isso? Uma criança afastada irregularmente de seu direito básico à educação. Depois de muita demora, veio um relatório do CAEM cheio de erros de português, assinado por seis profissionais. Como podemos confiar em diagnósticos assim? Como aceitar contradições entre os dados levantados e a conclusão final, que apontava um transtorno que nem aparecia nos instrumentos de avaliação? (ANEXO 2)

Enquanto isso, atualmente, dentro da sala de aula, esse mesmo aluno mostra avanços. Está se alfabetizando, participa, não apresenta agressividade, não usa medicação. Então eu pergunto: quem está errado? O professor que acredita na capacidade do aluno ou uma equipe gestora que afasta uma criança sem critério? E pior, convence uma mãe em vulnerabilidade social que esse afastamento será bom para seu filho.

Secretário, também não posso deixar de falar sobre a incoerência entre o que a Secretaria divulga e o que vivemos. Enquanto vocês postavam fotos em eventos na Assembleia Legislativa falando de “segurança



escolar”, nós estávamos sem energia na escola porque roubaram a fiação. Uma semana depois, uma professora teve o carro furtado dentro do estacionamento. Pedimos mais ronda da Guarda Municipal e a resposta foi: “há apenas uma viatura para todo o bairro”. Então, como conciliar esse discurso de segurança com a realidade de abandono? Sabemos que isso aconteceu em outras Escolas também. A Empresa de segurança não se responsabiliza mais pelas câmeras? (ANEXO 3)

E o orçamento, como está sendo usado? Um exemplo é o parque escolar da Unidade Escolar que atuo no período da manhã. Foi interditado por um ano (07/23 a 07/24), trocaram brinquedos de madeira que precisavam apenas de manutenção por brinquedos de ferro inadequados para a faixa etária. Resultado: o parque voltou a ser interditado agora. Quanto custou isso aos cofres públicos? E o que as crianças ganharam com isso? Nada, apenas mais tempo de parque interditado. (ANEXO 4)

O mesmo se repete com materiais e uniformes. O Senhor diz e o Prefeito reitera que foram entregues em dia. Mas os cadernos chegaram só em abril, uniformes e materiais entre maio e julho. Como garantir equidade assim, se outros municípios conseguem entregar tudo já no início do ano letivo? Falta de planejamento? Desorganização? Um governo que se diz “de continuidade” não consegue sequer entregar material escolar no prazo correto. (ANEXO 5)

E o projeto de robótica Lego? Havia previsão de formação em abril, uma formação intermediária para que possamos utilizar/entender os sensores, que nunca aconteceu. Não temos peças de reposição, e, agora, a responsabilidade de comprar recai sobre o Conselho de Escola. Isso é justo? Isso é legal? Ou é mais uma forma de mascarar falhas de planejamento?

Hoje, a Secretaria diz valorizar a prática pedagógica, mas o que nós vivemos é a “cultura do PowerPoint”. Assistentes pedagógicas que antes traziam materiais e apoio real agora só preenchem planilhas e fazem apresentações superficiais. Chamam isso de “autonomia”, mas nós sabemos: é desorganização. Secretário, como um professor iniciante vai se desenvolver sem apoio real dentro da sala de aula? Como vamos atender alunos com dificuldades se tudo se resume a registros digitais desconexos? Temos um excesso de planilhas sem sentido algum, apenas para encher Google Drive, porque sua equipe a de convir que uma ÚNICA situação-problema não diz nada a respeito da aprendizagem de um aluno. Aliás, nem coerência tem nos exemplos enviados e no preenchimento da planilha. (ANEXO 6)

E o Conselho de Ciclo? O Senhor deve saber que essa é uma das ações mais importantes da Escola, pois nele deveríamos discutir ações para atuar de forma individualizada com alunos com dificuldade de aprendizagem citados e com risco de retenção no ciclo. Virou mera formalidade. Sem acompanhamento real, sem estratégias consistentes, sem critérios definidos, apenas reuniões para preencher planilhas e ouvir apresentações de powerpoint que não mudam a prática pedagógica. O Senhor realmente acredita que isso ajuda os alunos? Quando chega no final do ano, retomamos o Conselho de Ciclo no formato deliberativo e somos convocadas a pensar naquela criança de forma individualizada, sem sequer saber que ele foi citado em algum momento, sem sequer saber quais foram os encaminhamentos realizados. Quando não, descobrimos no final do ano, durante relato da professora sobre tal aluno, a negligência nos encaminhamentos durante o ano. Daí não se tem mais tempo de pensar nem de agir, apenas passa mais um sem condições para o segundo ciclo ou para o sexto ano. Hoje precisamos de apoio, com trocas de experiências e práticas reais, pois mais powerpoint não tem melhorado nada.

O Senhor chegou no início do ano com o discurso de humanização das relações, no entanto, o que vemos é totalmente o contrário. Todos os outros municípios já repensaram formato de RPS e já economizam recursos e oferecem formações remotas de qualidade em diferentes plataformas (ex: AVAMEC) e, em Santo André, nos obrigam a sair de casa à noite, com baixíssimas temperaturas, de forma insegura (escolas com entorno escuro) para assistir apresentações de powerpoint que poderiam ser totalmente feitas online. Por que Santo André insiste em desgastar seus professores em vez de modernizar seus processos? Sua “equipe de



continuidade” só consegue oferecer formações externas relacionadas à língua portuguesa e matemática, raramente algo diferente sobre a Lei 11.645/2008. Será que ninguém se atualizou neste Departamento? Será que ninguém consegue pensar em metodologias ativas, em projetos STEAM, em ABP, em ODS? Quando foi que nos tornamos uma rede medíocre?

A gestão escolar por diversas vezes se vê perdida em procedimentos que não são protocolares. Quem atua em mais de uma escola sabe que o que relato é verídico.

É a implantação pura e verdadeira do laissez faire, ou seja, cada escola faz o que quer ou aquilo que acha que pode ser o certo. Equipes vivem com receio de reclamações de pais no Departamento porque sabem que não terão respaldo da administração. Muitos, inexperientes que não sabem como conduzir ações básicas da Escola e vivem “apagando incêndio” porque não tem planejamento de ações, não trabalham com previsão de riscos. Vejo hoje profissionais experientes totalmente desanimados, sem liderança, sendo cobrados pelas coordenadoras apenas para manter o google drive atualizado, pois elas se tornaram “fiscais de google drive” e passam o dia pensando em ações cada vez mais burocráticas, se escondendo atrás do administrativo para não atuar no pedagógico que é o que realmente importa. Aliás, é um Departamento que não tem normativa, que não tem comando e, quando tem, sequer sabem se é cumprido na Escola ou não. (ANEXO 7)

Agora que estamos no caos com a situação da falta de apoio aos alunos deficientes e abandono pedagógico, com muitos professores adoecendo, muitas equipes se tornam excessivamente autoritárias tirando direitos básicos dos professores como falta abonada e licença prêmio. Ou seja, de que adianta ser assíduo? De que adianta tanta dedicação ao trabalho? A sorte de vocês é que ainda existem profissionais na rede que acreditam nas crianças e numa educação de qualidade. (ANEXO 8)

A situação é tão precária, que a avaliação dos gestores é realizada pelo próprio trio gestor. Ou vocês buscam a discórdia total entre a equipe, ou a convivência baseada no coleguismo. Esse Departamento sabe o que significa avaliação 360º?

Como aceitar escolas em condições precárias de higiene e manutenção, enquanto verbas são usadas de forma inadequada? Como explicar que até impressões em cores são um desafio em nossas unidades, quando outras redes já contam com impressoras 3D, espaços maker e projetos inovadores?

Não posso deixar de mencionar a falta de critérios na progressão funcional. Cada Diretora aceita ou rejeita certificados de acordo com sua interpretação, gerando cada vez mais conflitos nas escolas. Há dez anos pedimos um setor centralizado na Secretaria para organizar isso. Até hoje nada. Por quê? Qual a dificuldade que essa equipe “de continuidade” tem em compreender que esse não é papel do gestor escolar. Que essa ação totalmente burocrática deve ser papel da administração?

Até nas questões mais simples, como a alimentação escolar, encontramos incoerências desse Departamento. O PNAE é Programa NACIONAL de Alimentação Escolar, mas Santo André é o único município que não permite que em passeios, as crianças possam levar lanche de casa, feito pela família. O Senhor sabia disso? Pois é, eles recebem um pacote de biscoito de polvilho, maçã e suquinho de laranja integral apenas. Um aluno de quinto ano apenas com essa alimentação? Ao mesmo tempo, esse mesmo Departamento utiliza o espaço da escola pública e convida os alunos para eventos como “hamburgada do bem”, onde comem hambúrguer, batata frita e doces. Afinal, qual é a lógica disso? Desconfiança das famílias? Simples autoritarismo/proibição pela proibição? (ANEXO 9)

A impressão que temos é que vocês passam o dia apagando incêndio ao invés de planejar. Mais um exemplo: E a climatização das escolas? Estamos esperando o calor extremo para ver medidas improvisadas de última hora? O Senhor tem noção do risco elétrico que representa ligar vários ventiladores e climatizadores improvisados sem revisão prévia da rede elétrica? Vamos esperar chegar os 40 graus para tomar atitude? A



Secretaria tem algum planejamento sobre isso? Penso que não, afinal, nossas Escolas não tem sequer política de reciclagem de papel.

Não vou nem entrar no mérito das questões de respeito à legislação do cumprimento de 1/3 da carga horária e do piso nacional, matéria hoje (10/09/2025) divulgada pelo DGABC.

Secretário, cada um desses exemplos não é apenas uma reclamação isolada. É um retrato da forma como a Secretaria tem tratado professores, alunos e famílias: com descaso, burocracia e propaganda, em vez de planejamento, respeito e responsabilidade.

O Senhor deve se perguntar: o que os professores querem? Eu respondo: queremos condições de trabalho, queremos apoio real para inclusão de alunos com deficiência, queremos segurança, queremos respeito às nossas famílias e crianças, queremos ser ouvidos. Queremos que o discurso bonito de rede social vire prática.

Essa carta não é só um desabafo. É um pedido urgente de mudança. Porque nós, que estamos na linha de frente, não aguentamos mais carregar sozinhos um sistema que deveria nos apoiar. A cidade de Santo André sempre foi referência em Educação. Queremos que volte a ser. Mas, para isso, precisamos de uma Secretaria que olhe para dentro da escola.

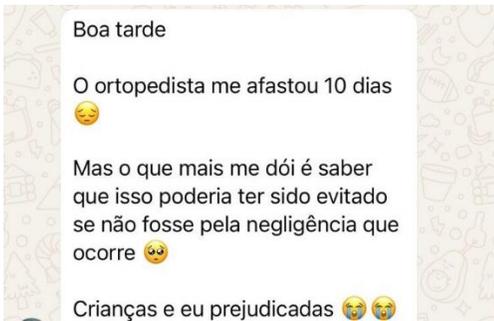
Estou à disposição para esclarecimentos de todos os exemplos e questionamentos dados,

Fernanda Lopes Ceretti
Professora da Rede Municipal de Santo André



ANEXO 1

Relato de uma professora no grupo de whatsapp da Escola.



ANEXO 2

Partes do relatório emitido pelo CAEM referente ao diagnóstico do meu aluno.

leva-lo no psiquiatra, mas o endereço que lhe deram não era o correto, meningite. Nega doenças crônicas diagnosticadas até o momento - não considera que o filho tenha convulsão. Nega meningite, TCE moderado ou grave. Não sabe nada sobre o pai.

“mas o endereço que lhe deram não era o correto, **meningite.**”

Otorrinolaringologista para vias aéreas superiores.

Frente ao desempenho apresentado pela criança comportamento colaborativo. A criança apresentou comportamento colaborativo. Demonstrou vínculo positivo com a aprendizagem e estava na fase silábico-alfabética. Reconheceu letras, mas não leu textos de forma independente. Na compreensão textual, respondeu de

“Frente ao desempenho apresentado pela criança **comportamento colaborativo.** A criança apresentou comportamento colaborativo”.

ameaçador ao seu bem estar e à sua imagem/estima. Após a criança ser tranquilizada e assegurada de que não haveria problema nenhum caso ela não soubesse fazer e que a única expectativa sobre ela e que ela tentasse, a criança não mostrou mais comportamento de oposição às propostas. Mesmo que tenha demonstrado leve

“**expectativa**”

Também em muito se beneficiará do estabelecimento de rotinas claras e previsíveis com flexibilidade gradualmente introduzida, com estratégias educativas baseadas em reforço positivo e contenção afetiva e manejo pelo viés do vínculo afetivo.

“**rotinas**”

após o estabelecimento de combinados claros, a criança realizou todas as atividades pelo tempo que foi necessário. Mesmo que de tempos em tempos a criança expressasse o desejo de que o processo acabasse, não realizou as etapas de forma desleixada ou desmotivada.

“**acabace**”



ANEXO 3

Segurança Escolar na ALESP



ANEXO 4

Parque reformado de julho de 2023 a julho de 2024. Novamente em agosto de 2025.



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 360035003600320038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 5

Qualidade do uniforme enviado aos alunos.



ANEXO 6

Planilha apresentada incoerente com as sugestões de problemas.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	<p>PROBLEMA:</p> <p>LEGENDA DAS ESTRATÉGIAS</p> <p>1. Apoiar-se em representações gráficas: desenhos ou esquemas como base para distribuição das tortas.</p> <p>2. Realizar cálculos de estimativa e ajuste do quociente: por exemplo, via adição, tentar com 8, "se desse 8 tortas para cada um ...", somam 15 vezes 8, 120. Então, ajustam a estimativa, até atingir uma quantidade que, somada 15 vezes, chegam no resultado: 180.</p> <p>3. Aproximações sucessivas via adição ou subtrações sucessivas: na resolução via adição, adicionam repetidamente 15 até chegar em 180, para depois contar a quantidade de vezes que se soma 15. Na resolução via subtração, subtraem 15 de 180 sucessivas vezes para indicar, com cada subtração, uma torta que foi entregue a cada filial.</p> <p>4. Cálculos multiplicativos via decomposição: decompondo o 180 em divisões que tenham os cálculos de memória, por exemplo: $180 \text{ por } 15$, poderia ser $150:15=10$, $30:15=2$ e $10+2=12$. Via multiplicação por 10, partir de 15×10, e continuar a resolução a partir daí.</p> <p>5. Algoritmo da divisão: tanto o algoritmo por estimativa quanto o convencional, $180:15=12$</p> <p>6. Não foi possível compreender o que o estudante fez: há registros realizados pela criança, mas não foi possível inferir nada a partir deles.</p> <p>7. Ausência de respostas: não há registros realizados pela criança.</p>								
2	<p>Rede Municipal de Santo André</p>								
3	<p>Escola: EMEIEF REVERENDO OSCAR CHAVES</p>								
4	<p>Professor(a): FERNANDA LOPES CERETTI</p>								
5	<p>Turma: 5º ANO "A"</p>								
6	<p>Nome do Aluno</p>								
7	<p>INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO 2 MAT - RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS 5º ANO 2º TRIMESTRE</p>								
8		1 - Apoiar-se em representações gráficas	2 - Realizar cálculos de estimativa e ajuste do quociente	3 - Aproximações sucessivas via adição ou subtrações sucessivas	4 - Cálculos multiplicativos	5 - Algoritmo da divisão	6 - Não foi possível compreender o que o estudante fez	7 - Ausência de respostas	Observações

Sugestão de Problemas

TRANSFORMAÇÃO NEGATIVA (incógnita no total)

Gabriel tinha 200 reais na sua carteira e gastou 25 reais com figurinhas. Com quanto dinheiro Gabriel ficou?

COMPARAÇÃO (incógnita na diferença)

Fabrcício tem 17 anos e Lucas, seu irmão, tem 35 anos. Quantos anos Lucas tem a mais que Fabrício?

TRANSFORMAÇÃO POSITIVA (incógnita em uma das parcelas)

Carol tinha 65 reais no seu cofrinho e sua mãe lhe deu mais uma nota para colocar no cofrinho no dia do seu aniversário. Agora Carol tem 115 reais no cofrinho. Qual nota a mãe de Carol deu a ela?

PROPORCIONALIDADE (campo multiplicativo - incógnita no produto)

A professora Iara levou seus alunos ao teatro. Cada ingresso custou 12 reais. Sabendo que 30 alunos foram ao passeio, quanto dinheiro ela gastou com ingressos?

COMBINATÓRIA (campo multiplicativo - incógnita no produto)

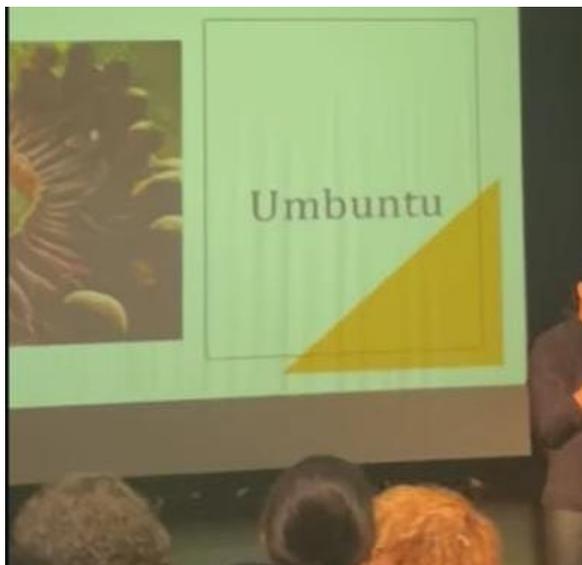
Pedro joga em um time infantil de futebol. O uniforme do time tem 3 shorts (azul, verde e preto), 3 camisas (branca, azul e listrada) e 2 meias (verde e azul). De quantas formas diferentes eles podem usar esse uniforme?



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 3600350036000320038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

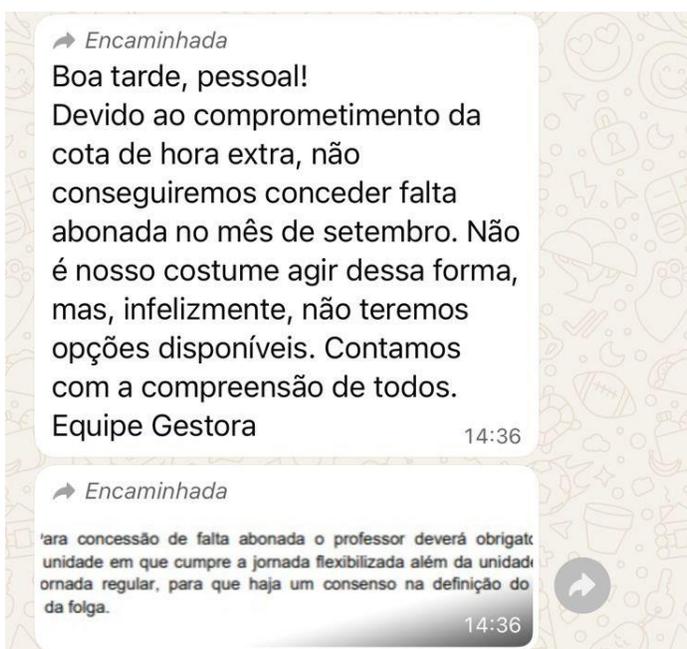
ANEXO 7

Apresentação da filosofia **UBUNTU** do Departamento de Educação.



ANEXO 8

Negação de direitos.



ANEXO 9

Alimentação fornecida em passeios.

